



CONEDU
Congresso Nacional de Educação
18 a 20 de Setembro de 2014

INTERVENÇÕES COMUNITÁRIAS E GERONTOLOGIA: FERRAMENTAS PARA A EFETIVA PARTICIPAÇÃO POLÍTICO SOCIAL

José Orlando Carneiro Campello Rabelo
Universidade Católica de Pernambuco
orlandorabelo@asc.es.edu.br

Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas
Universidade Católica de Pernambuco
crisamaz@gmail.com

INTRODUÇÃO

Torna-se inviável embasar uma prática profissional em teorias que tenham um modelo de homem estático, imutável e isolado. O sujeito social está em constante contato com o outro, influenciando e sendo influenciado, sua subjetividade é, portanto processual, e comunitária. Neste sentido elementos demarcadores das relações coletivas como as políticas públicas podem se beneficiar com intervenções socioeducativas desenvolvidas em âmbito comunitário, tanto em seu planejamento quanto em sua efetivação.

Os idosos que nas sociedades históricas e tradicionais eram valorizados por servirem como mantenedores e transmissores dos valores e dos conhecimentos adquiridos ao longo da vida, perderam, com o processo de modernização da sociedade, o papel de transmissor da cultura. O papel de transmissão do conhecimento foi transferido para instituições tais como: escolas, bibliotecas e museus (NERI, 2000).

Destacamos a questão do “idoso” que é historicamente relegado a um lugar de fragilidade, cujo poder público deve proteger, afastando-os do debate coletivo e impingindo-lhes uma série de medidas massificadoras (NERI, 2001).



A sociedade, embora vagarosamente, tem reavaliado suas práticas sociais, suas regras e seus recursos em relação à velhice e os idosos ao longo de suas vidas desenvolveram a capacidade de mudar suas condutas a partir da compreensão de suas necessidades. No entanto, isso não é garantia de um envelhecimento bem sucedido, uma vez que nem todas as situações, dificuldades e doenças decorrentes do envelhecimento são suficientemente conhecidas e nem estão adequadamente controladas (BACELAR, 2006).

Concretamente, o conceito de “participação social” só teve início durante a década de noventa, sob a forma modelo político-pedagógico, ressaltando o fato de que ele emergiu em uma perspectiva progressista, a qual aponta o surgimento de líderes empreendedores isolados que atuavam, motivando seus “subordinados” por meio da ação geradora, mas inegavelmente a figura do idoso não aparece neste cenário.

Desta forma este trabalho tem como objetivo discutir as intervenção socioeducativas desenvolvidas nas comunidades como elemento de fortalecimento da participação dos idosos nas diferentes esferas das Políticas Públicas.

METODOLOGIA

Constitui-se em uma revisão crítica da literatura que tem como foco promover uma reflexão questionadora, emancipatória e autônoma, fazendo com que se vá além das estruturas pré-determinadas e afastam o saber científico da participação social e Política.

Compreendemos que nenhuma intervenção é “neutra” e que, portanto, deve ter claras bases ético-políticas comprometidas com a realidade social e em especial com os grupos “marginalizados”.



RESULTADOS

É factual que as Políticas Públicas Brasileiras voltadas, para o segmento do envelhecimento, durante anos tenderam a considerar este segmento social como um problema social grave vinculado aos altos custos com previdência e saúde pública. Os textos em questão não tinham, até o surgimento do estatuto do idoso, o envelhecimento como foco e estavam pontuados em diferentes esferas governamentais sem a reflexão das peculiaridades desses sujeitos, desarticulados entre si. Neste cenário, o avanço de uma política específica para os idosos foi inegável. Entretanto muito se tem a avançar neste sentido considerando especialmente as intervenções excludentes em que apenas alguns grupos minoritários (em geral partidários) participam das discussões sobre o coletivo, longe do espaço e do signo comunitário.

A velhice desafia o sistema social em alguns pilares. Um deles é o pressuposto de que são seres autônomos e independentes. Acredita-se no valor moral da independência e da autonomia, mas a vida social é um exercício contínuo de interdependência e de autonomia relacional. Ela não deve ser entendida como sinônimo de incapacidade para a vida social. A discriminação sofrida nesse caso, não é ditada apenas pelo corpo velho e com limitações. É o resultado complexo entre limitações individuais e estrutura social pouco sensível a necessidade de cuidado (BACELAR, 2002)

As políticas de “equidade” devem tratar os indivíduos com um olhar diferenciado para cada situação, ou seja, garantir que todos tenham condições de trabalhar sem nenhum tipo de impedimentos e discriminação, tratar toda coletividade visando o bem estar geral, sem racismo e violência, dando a cada sujeito sua dignidade e respeito (SILVEIRA, 2000).

As políticas além de focar nos mais pobres, nos mais esquecidos, deve em primeiro lugar observar os níveis de educação que é nada mais que direitos de todos e dever do Estado, porém, existem obstáculos par a educação no caso dos menos favorecidos, que nesse contexto a educação é e sempre será o melhor caminho para igualar os desiguais, ou seja, e na falta ao acesso à educação que está parte do segredo das desigualdades serem tão gritantes, é



com a garantia a uma boa educação que a sociedade se transformará numa sociedade melhor e menos desfavorável.

Sabendo que o Estado é para todos, devem ser observadas as ações para que todas as pessoas possam ter acesso ao conhecimento, a cultura, a saúde, a cidadania e a outras ações que minimizem ou até acabem com a disparidade das desigualdades em uma sociedade nova e crescente que é a do século XXI, ou seja, uma nova linha de pessoas que ainda vivem as discriminações de tempos atrás (VIANNA, 2002).

É preciso reconhecer que novos segmentos devem atuar nesse cenário novo que é o chamado de pós modernidade, e que a cada dia o esclarecimento acontece, mas que as políticas ainda andam em ritmo desacelerado. É necessário acompanhar as diversidades de um Estado cheio de diferenças e que gritam por melhores condições de vida. (SOARES, 2004).

CONCLUSÕES

Acredita-se que a efetiva participação e controle social é o único caminho para a consolidação de Políticas e ações para os idosos que estabeleçam objetivos, diretrizes e estratégias coerentes com a realidade e que, portanto, gerem ações eficazes voltadas à dinâmica de desenvolvimento para todos. A educação seria o único caminho que aponta esta possibilidade, mas ela deve atentar:

Gostaria de deixar bem claro que não apenas imagino mas sei quão difícil é a aplicação de uma política do desenvolvimento humano que, assim, privilegie fundamentalmente o homem e a mulher e não apenas o lucro. Mas sei também que, se pretendemos realmente superar a crise em que nos achamos, o caminho ético se impõe. Não creio em nada sem ele ou fora dele. Se, de um lado, não pode haver desenvolvimento sem lucro este não pode ser, por outro lado, o objetivo do desenvolvimento, de que o fim último seria o gozo imoral do investidor. (FREIRE, 2002, p. 82-83)

São essenciais para as intervenções em gerontologia a adoção de um pensamento dialógico e a atuação com grupos. É requisito profissional



desenvolver a capacidade de problematizar e buscar soluções, numa formação que inclua a pesquisa e uma prática pluralista. O profissional deve se estabelecer sobre uma base sólida que propicie a crítica e o desenvolvimento de seus conhecimentos, neste sentido a atuação comunitária oferece subsídios essenciais a formação e intervenção articuladas com uma realidade ativa e integrada na sociedade.

REFERÊNCIAS

BACELAR, R. (Org.) **Encontro de vida: expectativas do processo de envelhecer**. Recife: Nossa Livraria, 2006.

_____. **Envelhecimento e produtividade: Processos de subjetivação**. 2. ed. Recife: FASA, 2002.

BEAUVOIR, S de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

NERI, A. L. **Envelhecer num país de jovens: significados de velhos e velhice segundo brasileiros não idosos**. Campinas: UNICAMP, 2001.

SILVEIRA, Andréa F. ET AL. (Orgs.). **Cidadania e participação social**. Porto Alegre: ABRASPSO sul, 1999.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. **Em torno do conceito de Política Social: notas introdutórias**. Rio de Janeiro, dezembro de 2002. Disponível em < <http://www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fMariaLucia1.pdf> > acesso em 03 de março de 2014
